

Research Article

Douglas de Castro*

Desenvolvimento Sustentável no Contexto da Relação China-América Latina

Sustainable Development in the Context of the China-Latin America Relationship

<https://doi.org/10.1515/sai-2024-0004>

Received April 12, 2024; accepted October 2, 2024; published online November 15, 2024

Resumo: A parceria entre China e América Latina, enquadrada no contexto do desenvolvimento sustentável, representa um ponto significativo na complexa rede de relações internacionais, especialmente sob a égide da Iniciativa Cinturão e Rota Verde (BRI Verde). Este estudo explora como essa colaboração está reformulando a interação entre a China e América Latina estas regiões, abordando não apenas o crescimento econômico, mas também a sustentabilidade ambiental, em resposta aos desafios impostos pelo modelo de desenvolvimento global predominante, como a degradação ambiental e as disparidades econômicas. Através da análise histórica, percebe-se que o espírito da antiga Rota da Seda, que transcendia os meros aspectos econômicos do comércio, é revivido pelo BRI Verde. Esta iniciativa chinesa é vista como uma abordagem alternativa ao desenvolvimento, que prioriza a cooperação e a sustentabilidade, desafiando os modelos neoliberais promovidos pelas instituições de Bretton Woods após a Segunda Guerra Mundial. A Iniciativa não apenas propõe a construção de infraestrutura, mas também enfatiza a importância das trocas culturais e do entendimento mútuo entre civilizações. O BRI Verde, com seu foco no desenvolvimento sustentável, oferece uma plataforma para que a América Latina aborde suas preocupações ambientais e econômicas, potencializando a transição energética por meio de investimentos em energia renovável e eficiência energética. Este estudo argumenta que a colaboração entre China e América Latina, através do BRI Verde, reflete uma tentativa de desenvolvimento mais equitativo e sustentável, que respeita tanto a soberania quanto as necessidades ambientais e sociais das nações envolvidas. Por fim, a análise destaca a importância de entender as dinâmicas

***Corresponding author: Douglas de Castro**, Professor de Direito, Escola de Direito, Universidade de Lanzhou, Lanzhou, Gansu, China, E-mail: dougcastro@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-1995-005X>

 Open Access. © 2024 the author(s), published by De Gruyter and FLTRP on behalf of BFSU.  This work is licensed under the Creative Commons Attribution 4.0 International License.

de poder e os contextos históricos que moldam esta parceria, enfatizando a necessidade de uma abordagem crítica e decolonial para avaliar seus impactos na região.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Iniciativa Cinturão e Rota Verde (BRI Verde); Cooperação Internacional; América Latina; Investimentos Chineses

Abstract: The partnership between China and Latin America, framed within the context of sustainable development, represents a significant point in the complex web of international relations, particularly under the aegis of the Green Belt and Road Initiative (Green BRI). This study explores how this collaboration is reshaping the interaction between China and Latin America, addressing not only economic growth but also environmental sustainability in response to the challenges posed by the prevailing global development model, such as environmental degradation and economic disparities. Through historical analysis, it is observed that the spirit of the ancient Silk Road, which transcended the mere economic aspects of trade, is revived by the Green BRI. This Chinese initiative is seen as an alternative approach to development, prioritizing cooperation and sustainability, challenging the neoliberal models promoted by the Bretton Woods institutions after World War II. The initiative proposes the construction of infrastructure and also emphasizes the importance of cultural exchanges and mutual understanding between civilizations. The Green BRI, with its focus on sustainable development, offers a platform for Latin America to address its environmental and economic concerns, enhancing the energy transition through investments in renewable energy and energy efficiency. This study argues that the collaboration between China and Latin America through the Green BRI reflects an attempt at more equitable and sustainable development, respecting both the sovereignty and the environmental and social needs of the nations involved. Finally, the analysis highlights the importance of understanding the power dynamics and historical contexts that shape this partnership, emphasizing the need for a critical and decolonial approach to assess its impacts on the region.

Keywords: sustainable development; Green Belt and Road Initiative (Green BRI); international cooperation; Latin America; Chinese investments

1 Introdução

A parceria existente entre a China e a América Latina apresenta um ponto significativo na complexa rede de relações entre nações, particularmente no contexto do desenvolvimento sustentável. À medida que o globo enfrenta desafios sem precedentes impostos pelo modelo de desenvolvimento atual, como a degradação

ambiental, disparidades econômicas e desigualdade, a cooperação entre atores proeminentes assume uma grande importância para dar conta adequadamente de tais desafios. Nesse sentido, a parceria entre a China e a América Latina surge como uma força sem precedentes e com implicações profundas para as relações no Sul Global. Esta abordagem de cooperação em prol de um desenvolvimento sustentável que não privilegie somente as nações desenvolvidas vem ganhando força com a Iniciativa Cinturão e Rota Verde (BRI Verde),¹ colocando a China como a força motriz em termos de desenvolvimento sustentável no mundo (Khoday e Perch 2012).

Neste sentido, é essencial notar a tendência histórica da conexão entre civilizações que impulsiona a iniciativa chinesa mesmo antes de tratar de sua conexão com a América Latina e a emergência do BRI Verde, o foco do nosso trabalho. A Rota da Seda é um termo usado para descrever a antiga rede de rotas comerciais que conectava a China, Ásia Central, Índia e o Oriente Médio, composta por um sistema complexo de estradas, caminhos e rotas marítimas que facilitou a troca de bens, ideias e cultura por toda a Eurásia, perfazendo um dos mais ricos intercâmbios entre civilizações que a história tem registrado. Não se constituía de uma rota única e unificada, mas uma rede de rotas interconectadas que se desenvolveu ao longo dos séculos devido a vários fatores, incluindo avanços tecnológicos e mudanças geopolíticas. As rotas foram utilizadas não apenas para comércio, que também era utilizada para troca de experiências culturais e religiosas, sendo certo que muitos viajantes escreveram sobre suas experiências ao longo do caminho, deixando abandonando um rico registro histórico dos povos, culturas e eventos da época (Frankopan 2017).

O mesmo espírito existente na Rota da Seda, que vai além dos aspectos materiais e econômicos do comércio, foi renovado em nosso século pelo anúncio da China da Iniciativa Cinturão e Rota (BRI). O BRI abrange uma compreensão mais ampla e alternativa da base do processo de desenvolvimento, incluindo fatores ideacionais, que escapam do projeto neoliberal de desenvolvimento surgido ao final da Segunda Guerra Mundial que coletivamente passaremos a chamar de instituições de *Bretton Woods* (BW) comportas pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio (Li 2015).

Como observamos na Visão e Ações sobre a Construção Conjunta do Cinturão Econômico da Rota da Seda e da Rota Marítima do Século 21 (Visão):

A Iniciativa é harmoniosa e inclusiva. Ela advoga a tolerância entre civilizações, respeita os caminhos e modos de desenvolvimento escolhidos por diferentes países e apoia diálogos entre diferentes civilizações com base nos princípios de buscar terreno comum enquanto se colocam

¹ Para efeitos deste trabalho, para designar a Iniciativa Cinturão e Rota adotamos o seu acrônimo em inglês “BRI” (*Belt and Road Initiative*) que é amplamente utilizado em documentos oficiais e trabalhos acadêmicos que serão citados neste estudo.

as diferenças de lado e se aproveita as forças de cada um, para que todos os países possam coexistir em paz para a prosperidade comum (traduzido pelo autor).²

Podemos observar no trecho acima citado que os elementos da “prosperidade comum” e “futuro compartilhado” fazem parte da ontologia do BRI, constituindo uma das abordagens de desenvolvimento internacional mais abrangente, no entanto, mal compreendida. Ela foi lançada em 2013 pelo presidente chinês Xi Jinping com o objetivo da construção de um novo mecanismo para fortalecer laços econômicos e comerciais com os países asiáticos, africanos e europeus, inspirado pela Rota da Seda antiga. O BRI é responsável por impulsionar a conectividade e a cooperação econômica entre Ásia, Europa e África, envolvendo a construção de infraestrutura e redes comerciais em toda a Ásia, Europa e África, incluindo rodovias, ferrovias, portos e redes elétricas, para melhorar a conectividade regional, promover o comércio e impulsionar o desenvolvimento econômico.

O BRI promove o desenvolvimento econômico e a integração regional por meio do aumento do comércio e investimento, trocas culturais e intercâmbios pessoa a pessoa. A iniciativa atraiu a participação de mais de 100 países e organizações internacionais, incluindo alguns países da América Latina (já que não há limitação geográfica nos projetos). Envolve mais de 2.600 projetos e tem um valor de investimento estimado em torno de 4 a 8 trilhões de dólares alocados entre os países parceiros.³

Os investimentos do BRI promovem o crescimento econômico nos países participantes e o comércio e investimento entre eles, que estão sujeitos à consulta mútua para determinar as direções e prioridades dos investimentos. Para garantir que os investimentos e benefícios sejam eficientes e os resultados esperados sejam alcançados, a China realiza um Fórum do Cinturão e Rota para discutir o progresso da iniciativa e promover uma maior cooperação entre os países participantes. Esse mecanismo processual é apenas uma parte do conceito do BRI de ser um modelo de desenvolvimento mais inclusivo e participativo (Mações 2019). Ademais, ao adotar este padrão participativo dos países que recebem os investimentos, a plataforma do BRI rechaça as críticas que geralmente são feitas a ele no sentido de não passar de uma dimensão da política externa chinesa com feições sub imperialistas (Castro e Denny 2020).

O BRI passou por várias modificações desde a sua criação, o que era compreensível considerando o escopo e a complexidade dos projetos, bem como a variedade de nações e sistemas jurídicos envolvidos. A ausência de padrões de trabalho e de proteção do meio ambiente nos projetos de infraestrutura nos países que receberam os investimentos foram os grandes gargalos da plataforma, suscitando

2 In https://www.fmprc.gov.cn/eng/topics_665678/2015zt/xjpcxbayzlt2015nnh/201503/t20150328_705553.html. Acesso em 10/04/2024.

3 Os dados oficiais e mais informações a respeito do BRI podem ser encontradas em <https://eng.yidaiyilu.gov.cn/>. Acesso em 10/04/2024.

inúmeras críticas e desconfiança desde o início. No entanto, ao longo dos mais de 10 anos do BRI houve um grande avanço no sentido de solucionar estes pontos, inclusive, gerando um aperfeiçoamento dos marcos legais nos países que receberam os investimentos (Jiang 2020).⁴

Um dos ajustes que foram essenciais para ampliar o entendimento de desenvolvimento sustentável e sepultar de vez a crítica ambiental foi o BRI Verde. A ideia BRI Verde foi introduzida pela primeira vez pelo Presidente da China, Xi Jinping, em 2017,⁵ e é permeada pela busca da construção de uma civilização ecológica (reiterando a importância do milenar projeto civilizatório na China) que vai além do uso sustentável dos recursos naturais, mas também para diminuir o abismo que existe entre a humanidade e a natureza, fruto da visão capitalista que orienta o processo de desenvolvimento a partir do modelo de BW. Como reitera Weins et al. (2023, p. 4):

Eco-civilization is thus unique as a *global* environmental discourse because it is presented as a largely non-Western response to the global environmental crisis [...] placing China in a leading role in navigating global issues such as climate change [...] starting to reach far beyond the borders of China. This is the first time that a deliberately non-Western environmental discourse is making its way to the global level.

4 As observações finais sobre o terceiro relatório periódico sobre a China adotadas pelo Comitê da ONU sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais em sua 73a sessão realizada em 13 de fevereiro a 3 de março de 2023, afirmam que: “22. Noting the information provided during the dialogue with the State party, the Committee is concerned about reports of the negative effects of the State party’s lending practices and conditions in connection with the Belt and Road Initiative infrastructure development in third countries, which are negatively affecting the enjoyment of economic, social and cultural rights in third countries. Concerns include lack of transparency, corruption and the fact that certain projects have not been viable and have had a low cost-benefit ratio for the borrowing countries, including as a result of conditionalities such as the mandatory use of suppliers and labourers from the State party. The Committee is also concerned that loans have resulted in unsustainable debt levels for borrowing countries (art. 2 (1)).” In the Comments on CESCR Concluding Observations on the Third Periodic Report of China, the Chinese government responded: “2. Concerning paragraph 22, “The Committee is also concerned that loans have resulted in unsustainable debt levels for borrowing countries”, the Belt and Road Initiative (BRI) has contributed to high-quality economic growth and sustainable development for countries along the Belt and Road, and provided bigger market, more investment and development opportunities to BRI countries. In the long run, the BRI helps narrow down global development deficit and ease debt burden. The COVID-19 pandemic has aggravated the debt issues confronted by some developing countries. China has fully implemented the G20 Debt Relief Initiative, and has become the biggest contributor to debt relief. In August 2022, China announced waiver of 23 interest-free loans for 17 African countries. China will also encourage multilateral institutions and commercial creditors to contribute more to the debt reduction and suspension for developing countries.” In https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2FCESCR%2FCOB%2FCHN%2F51887&Lang=en. Acesso em 10/04/2024.

5 In <https://www.conservation.org/china/projects/green-belt-and-road>. Acesso em 10/04/2024.

O BRI Verde promove o desenvolvimento sustentável, incentivando projetos que priorizam a proteção ambiental, a eficiência energética e as fontes de energia limpa. Ele também enfatiza a importância da sustentabilidade social e econômica, incluindo a redução da pobreza e o desenvolvimento comunitário; assim, para esse fim, princípios, objetivos, políticas e mecanismos são incorporados ao quadro do BRI.⁶

Embora ainda haja preocupações sobre a implementação e eficácia da iniciativa, o BRI Verde representa um passo importante e uma alternativa em direção a um futuro mais sustentável e equitativo. Isso é especialmente importante para os países do Sul Global que buscam o seu caminho para o desenvolvimento enquanto sofrem as consequências mais severas da degradação ambiental. Portanto, os apoiadores do BRI saudaram o ajuste da plataforma como um esforço proativo para promover o desenvolvimento sustentável e a cooperação global em um ambiente mais inclusivo e justo (Alam et al. 2016).

O BRI e o BRI Verde fazem parte da linha de política externa chinesa que refletem as profundas mudanças internas que o país vem experimentando desde o período de reforma e abertura.⁷ Eles representam mais do que uma aliança econômica; incorporam uma busca compartilhada pela sustentabilidade que encapsula o que chamamos em outro estudo (seguindo outros pesquisadores), o “espírito de Bandung,” ou seja, uma postura de solidariedade que transcende uma dimensão meramente materialista (Eslava, Fakhri, and Nesiah 2017).⁸

Assim, o BRI emerge como uma alternativa, uma nova abordagem de desenvolvimento que aborda o desenvolvimento através da lente de um país que sabe quão prejudicial é ser subjugado por forças externas exercidas por grandes potências. A

6 In https://english.mee.gov.cn/Resources/Policies/policies/Frameworkp1/201706/t20170628_416864.shtml. Acesso em 10/04/2024.

7 Sob a liderança de Deng Xiaoping, o período de Reforma e Abertura começou no final dos anos 1970 e trouxe uma série de reformas políticas e econômicas que abriram caminho para a transformação econômica da China de uma economia fechada e centralmente planejada para uma dinâmica e orientada para o mercado. O ambiente interno da China e sua posição no cenário internacional foram ambos alterados durante esse tempo de transição. O ascenso econômico da China é frequentemente atribuído à era da Reforma e Abertura, que também estabeleceu as bases para um surto sem precedentes de globalização (Liu 2023).

8 De acordo com Eslava, Fakhri, and Nesiah (2017, p. 3): “On April 18–24, 1955, delegates from twenty-nine states attended a conference in Bandung, Indonesia. The meaning of the events that took place during those days was disputed then and now. Bandung has generated, as a result, myths and countermyths, hopes and disappointments, solidarities and fractious disputes, visions for international law and its subversion. In fact, scholars and politicians refer to the conference by different names: the Asian-African Conference, the Bandung Conference, or simply Bandung. Each of these names signals a different understanding of the Conference and a different conceptualization of both its origins and horizons. Bandung was born of the challenges of grappling with the legacies of European imperialism, their long reach from the past, as well as their transmutation into the structures of the current world order.”

experiência da China com o colonialismo e o imperialismo durante isso alimentou o desejo de rejuvenescimento nacional e autoconfiança, servindo como catalisador para a determinação da China de construir uma economia forte e independente e proteger sua soberania, que ressoa fortemente com as experiências vívidas na América Latina ao encontrar instituições internacionais com programas de ajuste (Murphy 2022; Shambaugh 2013; Vadell 2019).⁹

Portanto, o objetivo deste capítulo é fornecer uma compreensão mais profunda das dinâmicas em jogo na parceria China-América Latina intermediada pelo BRI Verde, focando nas lentes críticas e decoloniais pelas quais podemos explicar e avaliar seus impactos na região. Este capítulo mobiliza os contextos históricos, dinâmicas de poder e aspectos sutis do desenvolvimento sustentável dentro da estrutura do BRI Verde, com o objetivo de desvendar tanto as promessas quanto os possíveis percalços inerentes a esta colaboração em evolução.

2 Desenvolvimento Sustentável: uma falácia do capitalismo

O BRI Verde reflete uma postura de resistência contra a imposição pelos países desenvolvidos de um modelo que se concentra na industrialização, desenvolvimento de infraestrutura e planejamento econômico liderado pelo estado, trazendo muitos desafios aos países em desenvolvimento, que se submeteram a condições severas de ajuste e foram abertamente expostos a crises internacionais (Helleiner 2014).

Embora os benefícios do modelo de desenvolvimento pós-Segunda Guerra tenham sido percebidos por um pequeno grupo de países, os desafios e problemas estão afetando a grande maioria do planeta, apresentando, em alguns casos, como o das mudanças climáticas, uma ameaça existencial para a humanidade como um todo e um fardo pesado para os países e pessoas mais vulneráveis que contribuem quase nada para isso (Gillespie 2001).

Muitos países em desenvolvimento que adotaram o modelo de desenvolvimento pós-Segunda Guerra Mundial tornaram-se fortemente dependentes de ajuda externa e empréstimos, levando a altos níveis de endividamento e vulnerabilidade a choques

9 A China tem uma história complexa no trato com potências coloniais, vivenciando períodos de dominação estrangeira e invasão territorial conhecidos como os “Séculos de Humilhação”, que deixaram marcas profundas na nação. É um período na história da China – do meio do século XIX ao meio do século XX – usado para descrever um período caracterizado por uma série de invasões estrangeiras, tratados desiguais e concessões territoriais que danificaram significativamente a soberania, economia e o orgulho nacional da China. Ver Wang, Dong. 2003. “The Discourse of Unequal Treaties in Modern China.” *Pacific Affairs* 76 (3): 399–425.

econômicos externos. O caso mais representativo neste aspecto são alguns países da América Latina que, na década de 1980, adotaram os ajustes estruturais liberais na economia como condições para receber empréstimos do Fundo Monetário Internacional. Na literatura latino-americana, a década de 1980 é conhecida como a “década perdida”, pois muitos países enfrentaram severas crises econômicas. Neste sentido, Galeano (2010, p. 221) explica o nefasto mecanismo de dominação que quebrou a América Latina:

[...] os créditos da AID, na terça parte, são obtidos imediatamente após a aprovação, ao passo que os dois terços restantes são condicionados ao visto do Fundo Monetário Internacional, cujas receitas, normalmente, provocam o incêndio da agitação social. E se o FMI, por seus próprios meios, não consegue desmontar, peça por peça, como se desmonta um relógio, todos os mecanismos da soberania, a AID costuma exigir também, de passagem, a aprovação de determinadas leis e decretos ... Como todas as demais máquinas caça-níqueis das altas finanças internacionais, o Banco também se constitui num eficaz instrumento de extorsão, em benefício de poderes muito concretos.

Além disso, em alguns casos, o modelo de desenvolvimento pós-Primeira Guerra Mundial (1) levou a uma governança fraca, corrupção e ineficiências na alocação de recursos devido ao planejamento econômico e intervenção liderados pelo estado; (2) negligenciou o setor agrícola devido ao foco na industrialização e desenvolvimento urbano, levando à insegurança alimentar; e (3) levou à homogeneização cultural, erodindo os valores, tradições e práticas culturais locais, exacerbando as tensões com as populações originárias das nações (Chimni 2004).

O equilíbrio entre benefícios e problemas devido ao modelo de desenvolvimento ocidental favorece os países desenvolvidos e deixa os países em desenvolvimento com os efeitos mais prejudiciais. Além disso, subordina-os a instituições internacionais liberais que possuem ontologias coloniais subjacentes e que são perpetuadas até os nossos dias com a utilização de mecanismos sutis que mascara o imperialismo. As potências ocidentais criaram essas instituições para refletir seus valores e interesses, que são excludentes (Castro 2017). Uma questão crucial em relação às instituições internacionais é a falta de representação e participação de países não ocidentais e grupos marginalizados, o que conduz a decisões e políticas baseadas em perspectivas e prioridades ocidentais que não consideram as necessidades e experiências diversas de diferentes regiões e comunidades, perpetuando os desequilíbrios de poder e exacerbando desigualdades econômicas e sociais (Escobar 2011).

As chamadas instituições internacionais liberais frequentemente enfatizam os direitos e liberdades individuais em detrimento dos direitos coletivos e comunitários, o que é problemático em sociedades onde valores e identidades coletivas são centrais. Isso leva a tensões e conflitos entre diferentes grupos e dificulta a capacidade das instituições de promover a justiça social e a igualdade (Magdoff e Foster 2003). Portanto, é essencial examinar criticamente as ontologias e mecanismos das instituições internacionais liberais e buscar maneiras de torná-las mais inclusivas, responsivas e equitativas. Como tal, envolve uma maior participação de países não

ocidentais e grupos marginalizados nos processos decisórios, reconhecendo sistemas de conhecimento e perspectivas diversas, e promovendo direitos coletivos e comunitários ao lado de direitos e liberdades individuais (Escobar 2011).

Neste sentido, a abertura desta parte assevera que o BRI Verde se coloca como uma instância de resistência. Um dos mecanismos sutis que emerge como uma forma de sobrevivência do capitalismo ante os problemas causados por ele mesmo e o desenvolvimento sustentável. Uma tentativa mais robusta de conciliar as demandas por desenvolvimento e a destruição da natureza surgiu com o princípio do desenvolvimento sustentável dentro da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992). A Declaração do Rio, Princípio 4, enfatiza a prioridade do desenvolvimento sobre o sistema ecológico: “Para alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental deve constituir parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente dele.”¹⁰

Como se pode notar pela linguagem do Princípio 4, ele apenas disfarça a necessidade contínua de desenvolvimento como a abordagem de negócios como de costume (evidências empíricas deste argumento são fornecidas abaixo na análise da falta de debates relacionados ao consumo dentro da comunidade epistêmica). Nesse sentido, Holleman (2018, p. 26):

[...] policymakers and mainstream environmentalists attempting to address ecological crises were hamstrung by their commitment to, or uncritical acceptance of, the social status quo and therefore could not resolve the disaster. As a consequence, they helped shift ecological problems technologically, geographically, temporally, or socially, facilitating the continuation of “business as usual.” **Their efforts offered the illusion of resolution, while the social drivers of the crisis remained intact.** (nosso destaque)

Assim, o desenvolvimento sustentável como posicionado pelas instituições internacionais prescreve o crescimento econômico em sua essência que continua a ser baseado no produto interno bruto (PIB), o qual não se correlaciona com o desenvolvimento humano após um certo ponto; ao contrário, o crescimento econômico, incluindo o crescimento verde, tem sido uma fonte de desigualdades (Hickel 2019).

3 Contexto Histórico da Relação Entre China e América Latina

As trocas históricas que ocorreram entre a China e a América Latina são uma rica rede de contatos que abrange séculos. Rotas comerciais e conexões culturais que tiveram um impacto duradouro na história de cada região ligaram essas duas áreas

¹⁰ In <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>. Acesso em 12/04/2024.

muito antes da era contemporânea da globalização e diplomacia internacional. Uma compreensão fundamental da conexão entre a China e a América Latina e suas origens pode ser obtida investigando essas primeiras trocas, que remontam ao século XVI (Hearn e Leon-Manriquez 2011; Wise 2023).

A Rota da Seda, como vimos anteriormente na introdução deste trabalho, é lembrada na história como um símbolo da interconectividade precoce da China com o mundo. Embora a Rota da Seda continental que conectava a China à Europa tenha recebido muita atenção, a Rota da Seda marítima, às vezes conhecida como “Rota Marítima da Seda”, também alcançou as costas do que hoje é conhecido como América Latina. Esses primeiros contatos possibilitaram futuras interações entre os dois locais (Hansen 2020; Hillman 2020). Como afirmado por (Roy 2023, p. 2): “*China’s ties to the region date to the sixteenth century, when the Manila Galleon¹¹ trade route facilitated the exchange of porcelain, silk, and spices between China and Mexico.*”

Impulsionadas pelo comércio, curiosidade cultural e diplomacia, essas primeiras trocas entre a China e a América Latina revelam uma relação histórica que antecede as dinâmicas modernas das relações internacionais. Conhecer as origens da relação fornece informações de fundo essenciais para analisar como ela mudou ao longo do tempo, com lutas de poder e eventos externos formando suas formas modernas. Ao explorar essas primeiras trocas, podemos entender melhor os laços duradouros que perduraram ao longo dos tempos e continuam a influenciar a conexão atual entre China e América Latina (Hansen 2020).

Os contatos históricos entre a China e a América Latina mudaram ao longo do tempo. Na primeira fase (1949–1978), a China fez aproximações políticas com grupos de esquerda e expandiu seu alcance econômico para a América Latina em busca de commodities. Durante o período da Guerra Fria, o conflito ideológico global entre os EUA e a URSS teve um impacto significativo nas dinâmicas das relações entre a China e a América Latina. Devido aos seus laços com as superpotências, alguns países da América Latina optaram por reconhecer a China, enquanto outros optaram por manter seus laços com Taiwan (Gallagher 2016).

China e América Latina se tornaram mais engajadas recentemente devido ao fim da Guerra Fria e à globalização subsequente, aumentando as trocas diplomáticas e econômicas possibilitadas pelas reformas econômicas da China no final do século XX e pela política de abertura. Durante esse tempo, a economia da América Latina estava instável durante a segunda fase (1979–2000), que viu uma mudança para a democracia e um enfoque na liberalização e integração de mercado. Com a admissão da China na OMC em 2001, a terceira fase teve início, resultando em um aumento na demanda por commodities e na formação de alianças estratégicas entre a China e a

11 Sobre o galeão Manila ver: https://multimedia.scmp.com/culture/article/spanish-galleon/chapter_02.html e https://www.worldhistory.org/Manila_Galleon/. Acesso em 12/04/2024.

América Latina, à medida que a última optou por adotar um modelo de desenvolvimento de exportação de commodities (Zhang e Shen 2021).

Os laços da China com o Sul Global são mutuamente benéficos, como evidenciado pela tendência dos estudos arquitetônicos chineses dos anos 1960 em direção à arquitetura tropical. A China está agora mais presente e influente em regiões onde as potências ocidentais perderam o interesse por décadas, engajando-se em diversos contatos com essas regiões, incluindo ajuda externa, política, economia e cooperação militar (Suzman 2023). Por meio do estabelecimento do BRI e da adesão dos países latino-americanos, a China está estabelecendo uma nova dinâmica na ordem internacional, fomentando a colaboração Sul-Sul (Murphy 2022). Como afirmado por Jenkins (2012, p. 356):

There is little doubt that economic relations with China will become increasingly important for Latin America in the future. Trade, FDI, and other financial flows are all likely to grow, barring a major collapse of the Chinese economic boom. However, China is far from becoming the dominant economic power in the region that the USA was in the past. Thus one should not exaggerate either the fears or the hopes that have become attached to China's growing presence in the region.

À medida que a China reafirma sua posição como potência econômica e a América Latina busca a independência absoluta dos laços coloniais e uma maneira sustentável de se desenvolver, ambas buscam cumprir seus interesses nacionais e as expectativas de suas populações, procurando oportunidades por meio de parcerias estratégicas que vão além das condições materialistas, mas que podem incluir perspectivas civilizacionais (Castro e Denny 2020).

À medida que a América Latina assumiu uma posição mais vital na política internacional e a China se tornou uma grande força econômica, ambas perceberam que conexões mais profundas seriam benéficas para ambos. À medida que sua relação se desenvolvia, os acordos bilaterais – que abrangiam uma ampla gama de tópicos, desde comércio e investimento até transferência de tecnologia e cooperação cultural – tornaram-se uma característica definidora. Essas discussões bilaterais abrangeram mais do que apenas questões econômicas. A importância de sua conexão foi destacada pelo fortalecimento dos laços diplomáticos e pelo aumento da frequência de visitas entre os líderes das duas regiões. Questões globais, incluindo mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável, foram discutidas em suas conversas bilaterais, demonstrando seu compromisso em abordar problemas comuns (Gallagher 2016).

Além disso, as parcerias multilaterais ganharam destaque à medida que a China e a América Latina procuraram utilizar sua aliança para objetivos regionais e mundiais mais amplos. A China demonstrou sua disposição para conduzir diplomacia multilateral com os países latino-americanos ao promover e intensificar as

cooperações com a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) através *de novo* mecanismo tal como o Fórum da China e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Fórum China-CELAC).

Para a América Latina, a influência chinesa se traduziu em investimentos econômicos, projetos de infraestrutura e engajamentos diplomáticos que redefinem a posição da região no cenário internacional. Isso é especialmente importante considerando que esses engajamentos, como observado anteriormente, estão sendo conduzidos sob a perspectiva do BRI Verde (independentemente de o país ser oficialmente ou não parceiro do BRI) que tende a fortalecer a proteção do ambiente natural na região enquanto alcança maiores graus de desenvolvimento.

4 BRI Verde na América Latina

Em uma época em que buscar o desenvolvimento sustentável se tornou uma necessidade global, a convergência do BRI com a América Latina assume nova importância sem perder de vista as experiências e expectativas compartilhadas, indicando um caminho para um futuro mais verde e igualitário.

Como apontamos anteriormente neste estudo, o BRI expandiu-se além de suas raízes focadas em infraestrutura para incluir a responsabilidade ecológica e a sustentabilidade. O BRI Verde apresenta uma alternativa viável diante das mudanças climáticas, perda de biodiversidade e crescente conscientização global sobre questões ambientais, visando equilibrar a preservação ecológica com o progresso econômico, criando um possível novo paradigma na busca pelo desenvolvimento sustentável (Harrell 2023). Como sustentado por de Castro e Yu (2023, p. 14):

Sustainable development is the buzzword in international relations and has become an international legal obligation as humanity faces the existential threat caused by capitalism. ... The interplay between class, production, and global capitalism with sustainable development is a recycling of the post-War development model aimed at maintaining wealth accumulation.

De um lado, temos a China com experiência no trato do desenvolvimento econômico e social, disposta a fornecer apoio material para outros países em desenvolvimento, e do outro lado, a América Latina com sua recente história de lutas coloniais e neo-coloniais prejudiciais aos avanços sociais e econômicos. Além disso, é uma localidade com ecossistemas diversos, recursos naturais abundantes e práticas culturais propensas a, por exemplo, liderar o movimento de transição energética. Khoday e Perch (2012, p. 5) ressoam isso ao ponderar que os investimentos chineses “[...] *are propelling many developing countries themselves into emerging economy status, but they are also catalyzing an evolution of social and ecological challenges and local policy responses.*”

A América Latina, como qualquer região ou nação em desenvolvimento, também possui seus próprios problemas ambientais, como poluição, perda de habitat e desmatamento. No entanto, ao mesmo tempo, há uma crescente consciência coletiva dos direitos da natureza, conforme incorporado pelas culturas indígenas, como o respeito pela Pachamama.¹² Esse movimento converge com o Green BRI em uma reflexão do aumento da compreensão das pessoas sobre como os seres humanos e a natureza estão interligados. O BRI Verde avança significativamente a sustentabilidade ao reconhecer que a Terra, especialmente seus ecossistemas e entidades naturais, tem valor inerente e o direito de florescer sob o princípio da civilização ecológica, pavimentando um futuro em que o crescimento econômico, o legado cultural e os direitos ambientais coexistam pacificamente para criar uma sociedade mais justa e sustentável para as gerações futuras.

Não deve haver dúvida de que o acoplamento de interesses entre a China e a América Latina tem como principais impulsionadores seus interesses nacionais, o que não invalida ou rejeita o argumento proposto de cooperação do Sul Global (Castro 2020). Nesse sentido, há um acoplamento de interesses entre a China e a América Latina, que, conforme afirmado por Xiaodai (2018, p. 239): *“China y ALC se complementan en muchos sectores y, al mismo tiempo, enfrentan los mismos desafíos en el desarrollo económico y social y en la transformación estructural, lo cual forma la base objetiva del acoplamiento de las estrategias de desarrollo económico entre las dos regiones.”* No mesmo sentido:

A clearer definition of the BRI offers an opportunity to include environmental sustainability and human rights standards in its projects. For the UN's Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), this is an opportunity that shouldn't be missed. Alicia Bárcena, ECLAC's executive secretary, said: “The Belt and Road can attract investments in infrastructure, industry and services in Latin America and the Caribbean, giving an economic boost to the region based on environmental sustainability.”¹³

A evolução do comércio e investimento da China na América Latina é caracterizada por uma necessidade inicial de segurança econômica e alimentar de uma perspectiva interna, aliada ao interesse em aumentar a segurança econômica na América Latina ao se engajar na exportação de commodities (para o bem ou para o mal, o modelo de desenvolvimento adotado na região comprou a narrativa dos países desenvolvidos

¹² Pachamama é uma palavra em espanhol para Mãe Terra, que é is “[...] a living entity, where different worlds (physical and non-physical) converge in an interrelated fashion.” Huanca, Y. K. A. (2019). Non-Western Epistemology and the Understanding of the Pachamama (Environment) Within the World(s) of the Aymara Identity. *International Journal for Crime, Justice and Social Democracy*, 8(3), Article 3. <https://doi.org/10.5204/ijcsd.v8i3.1241>, p. 2.

¹³ In <https://dialogochino.net/en/infrastructure/26121-belt-and-road-the-new-face-of-china-in-latin-america/>. Acesso em 12/04/2024.

de que a região é o “celeiro do mundo”, levando a um processo de desindustrialização) (Xiaodai 2018). Ao longo dos 10 anos de evolução, o BRI transformou-se no BRI Verde, refletindo demandas sociais e ambientais internas e internacionais, que foram imediatamente sentidas no engajamento com os países latino-americanos. Como demonstra o relatório do *Global Development Policy Center*, a dimensão ambiental e social entraram como requisitos indispensáveis no relacionamento econômico entre a China e os países receptores de investimentos:

Since the inception of the BRI, China has made significant strides toward greening its overseas activities. The special policy report tracks over 30 documents providing guidance and regulations for outbound investment and finance ... This represents an advancement in environmental governance of China's overseas activities, beyond the more general earlier guidance and statements. As China has developed into the world's largest source of bilateral finance, and one of the world's top sources of foreign direct investment, its environmental governance of overseas activities has been spread across many actors: government regulators, project sponsors and financial institutions, among others.¹⁴

Esta tendência foi reiterada mais recentemente com a publicação pelo governo chinês do *China's Green Development in the New Era* que não deixa dúvidas a respeito:

As the world's largest developing country, China is committed to the idea of a global community of shared future. It has offered unwavering support to multilateralism, proposed the Global Development Initiative and the Global Security Initiative, expanded practical cooperation, and actively participated in global environment and climate governance. It has contributed Chinese wisdom and strength to implementing the UN 2030 Agenda for Sustainable Development, creating a community of life for humanity and nature, and building a clean, beautiful and prosperous world of sustainable development.¹⁵

Desta forma, as nações latino-americanas enfrentam os benefícios e efeitos de curto e longo prazo resultantes dos investimentos chineses, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável, que está atrelado aos preceitos orientadores da política externa chinesa incorporados pelo BRI Verde, que eleva o imperativo do desenvolvimento sustentável a um patamar mais elevado. Isto ocorre por duas razões: primeiro, a autonomia que os países que recebem os investimentos têm de estabelecer as prioridades de investimento de acordo com as suas necessidades e contextos locais e regionais; segundo, que os vínculos financeiros não estão atrelados a condições, como é o caso dos empréstimos feitos pelas instituições de BW,

¹⁴ In <https://www.bu.edu/gdp/2021/09/15/aligning-the-bri-with-the-sustainable-development-goals-research-and-recommendations/>. Acesso em 12/04/2024.

¹⁵ In https://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/202301/19/content_WS63c8c053c6d0a757729e5db7.html. Acesso em 12/04/2024.

que ainda causam grandes danos aos países em desenvolvimento. Ademais, a China está impulsionando o progresso econômico com base em políticas que devem levar em consideração a preservação dos recursos naturais, o bem-estar das pessoas e a preservação da soberania e identidade cultural, portanto, refletindo uma postura interna do país que, como dissemos anteriormente, passou de uma condição de grande contribuição para a degradação ambiental, para uma posição de grande contribuinte para as soluções chamadas “verdes” (Li and Shapiro 2020).

As implicações do BRI Verde na América Latina podem ser percebidas pelo aumento dos projetos de energia renovável que recebem investimentos. A variedade regional caracteriza a dinâmica das relações entre a China e a América Latina, refletindo as diversas histórias, atitudes e interesses das nações latino-americanas em suas interações com a China. A história geral da ascensão econômica da China e seus efeitos na América Latina é precisa, no entanto, os detalhes dessa interação diferem muito entre regiões. A América Latina é composta por muitos países diferentes, cada um com seu próprio contexto histórico, político e econômico distinto. A variedade de laços que as nações vizinhas estabeleceram com a China é indicativa dessa diversidade. Certas nações aceitaram relações econômicas estreitas com a China, tornando-se parceiros comerciais chineses importantes e receptores de investimentos chineses, enquanto outras adotaram abordagens mais circunspectas e variadas para equilibrar as vantagens da economia com preocupações sobre soberania e dependência (Gallagher 2016).

Em termos das implicações do BRI Verde e considerando a diversidade na região, nossa análise considera o Brasil como o caso representativo. O país é o destinatário de US\$ 66 bilhões em investimentos chineses na região, dos quais a maior parte é destinada à transição energética do país. Os investimentos do setor energético chinês são cruciais para a indústria de energia e a transição energética do Brasil, bem como para suas conexões bilaterais com a China. É impossível superestimar a importância do setor energético neste cenário, já que entre 2013 e 2017, o setor elétrico recebeu 46 % de todos os influxos de capital sino-brasileiros, tornando-se o principal receptor de investimentos chineses, seguido por petróleo e gás (26 %) (Veiga e Rios 2019). Após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para um primeiro mandato em 2004, foram realizadas negociações e acordos para relações bilaterais entre Brasil e China. O Comitê de Coordenação e Cooperação de Alto Nível China-Brasil foi formado neste ano pelo Brasil e China. As duas nações formaram um subcomitê de energia e mineração apenas dois anos depois, em 2006 (Veiga e Rios 2019).

No caso da Argentina, o segundo maior destino dos investimentos na região, também observou-se ao longo dos anos um incremento na sustentabilidade ambiental e social nos projetos, que de acordo com Roy (2023, p. 8):

Between 2000 and 2018, China invested \$73 billion in Latin America's raw materials sector, including by building refineries and processing plants in countries with significant amounts of coal, copper, natural gas, oil, and uranium. More recently, Beijing has focused on investing in lithium production in the so-called Lithium Triangle countries of Argentina, Bolivia, and Chile; together, the triad contains roughly half of the world's known lithium, a metal necessary for the production of batteries.

Ademais, reforçando esta tendência, Zabaloy, Ibañez, e Guzowski (2021, p. 7) apresentam evidências empíricas: *“En Argentina, el acceso a coccion limpia ha aumentado sostenidamente y hacia 2016 casi la totalidad de la poblacion tenia acceso (Grafico 3). A pesar de ello, aproximadamente el 2 % de la poblacion presentaba privaciones en este uso energetico vital.”*

5 Conclusão

O BRI Verde representa uma abordagem inovadora e necessária no contexto das relações internacionais, especialmente para a América Latina, que se vê diante da dualidade de maximizar o crescimento econômico e ao mesmo tempo responder aos desafios ambientais urgentes. Através deste programa, a China demonstra seu compromisso não apenas com o desenvolvimento econômico, mas também com a sustentabilidade ambiental, refletindo uma sinergia entre crescimento econômico e conservação ambiental.

Na América Latina, o BRI Verde tem catalisado uma série de projetos de energia renovável, destacando-se como um vetor de mudança na transição energética, especialmente no Brasil, que se posiciona como um líder regional neste aspecto graças ao influxo substancial de investimentos chineses destinados à sua transição energética. Este foco não apenas fortalece a infraestrutura energética do país, mas também reforça a soberania nacional ao diversificar suas fontes de energia e reduzir a dependência de combustíveis fósseis.

Entretanto, a implementação do BRI Verde não é sem desafios. As nações latino-americanas continuam a equilibrar os benefícios econômicos desses investimentos com a necessidade de proteger suas riquezas naturais e manter sua autonomia política e cultural. Este equilíbrio é crucial para evitar a repetição de padrões neo-coloniais de exploração e garantir que o desenvolvimento seja verdadeiramente sustentável e inclusivo.

Por fim, o BRI Verde é uma demonstração de como a cooperação Sul-Sul pode ser remodelada para enfrentar os desafios contemporâneos do desenvolvimento sustentável. Ao fomentar uma colaboração que respeita tanto as necessidades econômicas quanto os limites ecológicos, China e América Latina estão pavimentando um caminho para um futuro mais justo e verde, onde o desenvolvimento econômico

avança em consonância com a preservação ambiental. Assim, o BRI Verde não apenas redefine as relações internacionais em termos de investimentos e comércio, mas também reafirma a importância de uma abordagem integrada e consciente para o desenvolvimento global.

Research ethics: The local Institutional Review Board deemed the study exempt from review.

Informed consent: Informed consent was obtained from all individuals included in this study.

Author contributions: All authors have accepted responsibility for the entire content of this manuscript and approved its submission.

Competing interests: Authors state no competing interests.

Research funding: None declared.

Referencias

- Alam, S., S. Atapattu, C. G. Gonzalez, and J. Razzaque, eds. 2016. *International Environmental Law and the Global South (Edição: Reprint)*. New York: Cambridge University Press.
- Castro, D. 2020. *Anarchy is what China and Latin America Make of it – an Empirical Stance of the Bandung Spirit*, 1st ed. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing.
- Castro, D., and D. M. T. Denny. 2020. “Economic Relationship between Brazil and China: An Empirical Assessment Using Sentiment and Content Analysis.” *Beijing Law Review* 11 (1): 1.
- Chimni, B. S. 2004. “International Institutions Today: An Imperial Global State in the Making.” *European Journal of International Law* 15 (1): 1–37.
- De Castro, D. 2017. “The Colonial Aspects of International Environmental Law: Treaties as Promoters of Continuous Structural Violence.” *Groningen Journal of International Law* 5 (2): 168–90.
- De Castro, D., and Z. Yu. 2023. “Unpacking the Interplay of Class, Production, and Sustainable Development in International Environmental Law through the Lens of Evgeny Pashukanis’ Commodity Theory.” *Cogent Social Sciences* 9 (1): 2238457.
- Escobar, A. 2011. *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World (Edição: With a New Preface by the Author)*. Princeton: Princeton University Press.
- Eslava, L., M. Fakhri, and V. Nesiah, eds. 2017. *Bandung, Global History, and International Law: Critical Past and Pending Futures*. New York: Cambridge University Press.
- Frankopan, P. 2017. *The Silk Roads: A New History of the World (Reprint Edition)*. New York: Vintage.
- Galeano, E. 2010. *As Veias Abertas da América Latina*. New York: L & Pm Pocket.
- Gallagher, K. P. 2016. *The China Triangle: Latin America’s China Boom and the Fate of the Washington Consensus*, 1st ed. Oxford: Oxford University Press.
- Gillespie, A. 2001. *The Illusion of Progress: Unsustainable Development in International Law and Policy*, 1ª edição. Sterling, VA: Routledge.
- Hansen, V. 2020. *The Year 1000: When Explorers Connected the World—And Globalization Began*. New York: Scribner.
- Harrell, S. 2023. *An Ecological History of Modern China*. Seattle: University of Washington Press.

- Hearn, A., and J. L. Leon-Manriquez. 2011. "China and Latin America: A New Era of an Old Exchange." In *China Engages Latin America: Tracing the Trajectory*, edited by A. H. Hearn, and J. L. Leon-Manriquez. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Helleiner, E. 2014. *Forgotten Foundations of Bretton Woods: International Development and the Making of the Postwar Order (Reprint Edition)*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Hickel, J. 2019. "The Contradiction of the Sustainable Development Goals: Growth versus Ecology on a Finite Planet." *Sustainable Development* 27 (5): 873–84.
- Hillman, J. E. 2020. *The Emperor's New Road: China and the Project of the Century*. London: Yale University Press.
- Holleman, H. 2018. *Dust Bowls of Empire: Imperialism, Environmental Politics, and the Injustice of "Green" Capitalism*. New Haven: Yale University Press.
- Huanca, Y. K. A. 2019. "Non-Western Epistemology and the Understanding of the Pachamama (Environment) Within the World(s) of the Aymara Identity." *International Journal for Crime, Justice and Social Democracy* 8 (3): 3.
- Jenkins, R. 2012. *Latin America and China—A New Dependency?* <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2012.691834>.
- Jiang, L. 2020. "The Critics and Development of China's 'One Belt One Road' Initiative for Global Economic Development and Sustainability." In *Governance and Sustainability*, Vol. 15, edited by Em D. Crowther, and S. Seifi, 131–44. Emerald Publishing Limited.
- Khoday, K., and L. Perch. 2012. *China and the World: South – South Cooperation for Inclusive Green Growth*. ResearchGate. Also available at: https://www.researchgate.net/publication/283354948_China_and_the_World_South_South_Cooperation_for_Inclusive_Green_Growth.
- Li, H. 2015. "The Chinese Model of Development and its Implications." *World Journal of Social Science Research* 2 (2): 2.
- Li, Y., and J. Shapiro. 2020. *China Goes Green: Coercive Environmentalism for a Troubled Planet*, 1st ed. Cambridge: Polity.
- Liu, W. 2023. "From Docking to Leading: Road to the Center Stage of Global Governance." In *China's 40 Years of Reform*, edited by Em W. Liu, 109–22. Springer Nature.
- Mações, B. 2019. *Belt and Road: A Chinese World Order*. London: Hurst.
- Magdoff, H., and J. B. Foster. 2003. *Imperialism without Colonies*. New York: Monthly Review Press.
- Murphy, D. C. 2022. *China's Rise in the Global South: The Middle East, Africa, and Beijing's Alternative World Order*. Stanford: Stanford University Press.
- Roy, D. 2023. *China's Growing Influence in Latin America*. Council on Foreign Relations. Also available at: <https://www.cfr.org/background/china-influence-latin-america-argentina-brazil-venezuela-security-energy-bri>.
- Shambaugh, D. 2013. *China Goes Global: The Partial Power (Illustrated Edition)*. Oxford: Oxford University Press.
- Suzman, M. 2023. *The Roots of the Global South's New Resentment. Foreign Affairs*. Also available at: <https://www.foreignaffairs.com/africa/roots-global-souths-new-resentment>.
- United Nations. 1992. *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm> (accessed April 12, 2021).
- Vadell, J. A. 2019. "China in Latin America: South-South Cooperation with Chinese Characteristics." *Latin American Perspectives* 46 (2): 107–25.
- Veiga, P. D. M., and S. P. Rios. 2019. *China's FDI in Brazil: Recent Trends and Policy Debate*. Policy Center. Also available at: <https://www.policycenter.ma/publications/china%E2%80%99s-fdi-brazil-recent-trends-and-policy-debate>.

- Weins, N. W., A. L. Zhu, J. Qian, F. Barbi Seleguim, and L. da Costa Ferreira. 2023. "Ecological Civilization in the Making: The 'construction' of China's Climate-Forestry Nexus." *Environmental Sociology* 9 (1): 6–19.
- Wise, C. 2023. "The Past, Present, and Future of China–Latin America Relations." *Oxford Research Encyclopedia of International Studies*. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190846626.013.736>.
- Xiaodai, X. 2018. *El Acoplamiento De Las Estrategias De Desarrollo Económico Entre China Y América Latina Y El Caribe. Em Pensamiento social chino sobre América Latina*, 239–60. CLACSO. Also available at: <http://cebem.org/?p=4189>.
- Zabaloy, M. F., M. M. Ibañez, and C. Guzowski. 2021. *La transición energética justa y la pobreza energética en Argentina: ¿Qué rol juega el territorio?* *Revista Planeo*. Also available at: <https://revistaplaneo.cl/2023/07/08/la-transicion-energetica-justa-y-la-pobreza-energetica-en-argentina-que-rol-juega-el-territorio/>.
- Zhang, J., and G. Shen. 2021. "China and Latin America: New Cooperation in New Era." In *A New Blue Ocean: Prospects for Latin American SMEs in the Belt and Road Initiative*, edited by Em Y. Li, and A. C. Zottele, 17–30. Springer.